

AçãoFiscal

Órgão de Comunicação do Sindifiscal-ES

<http://www.sindifiscal-es.org.br/>

PLP 17/22: Entidades do Fisco Estadual defendem a fiscalização tributária em debate no Espírito Santo

Página 7

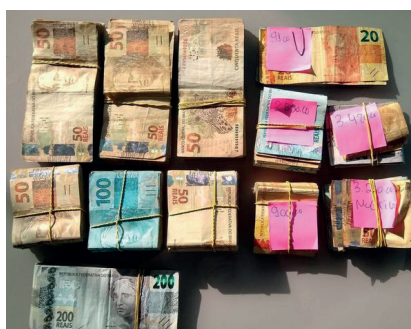
Encap 2022 é sucesso! A diretoria agradece a participação de todos. Confirmam as fotos.

página 13



Audidores Fiscais do ES desmantelam organização criminosa que fraudava vinhos.

página 3



Entrevista com Dona
Domitilla Sessa Ribeiro de Souza
página 5

Encontro de Aposentados e Pensionistas 2022: sucesso!

No decorrer dos últimos meses, após dois anos sem realização devido à pandemia, tivemos o prazer e a honra de organizar o Encontro de Aposentados e Pensionistas 2022 (Encap-2022). E como foi emocionante! Em cada polo vivemos uma emoção única.

E afirmamos isso porque acreditamos que cada pessoa é única. E foi maravilhoso rever todos os que foram às cidades de Colatina, Barra de São Francisco, Cachoeiro do Itapemi-

rim, Marataízes, Linhares, São Mateus, Ibatiba, Alegre, Bom Jesus do Norte, Mimoso do Sul, Guarapari e em nossa sede social de Vila Velha.

Acreditamos que a proximidade com nossos filiados, de todos os segmentos, é importantíssimo para que façamos uma boa gestão. É preciso ouvir as pessoas, seus anseios e também saber dos nossos aposentados e pensionistas como estão suas vidas.

Então, foi com muito carinho que preparamos

cada Encap. Em cada cidade preparamos a melhor reunião possível para os receber. E quem oferta carinho recebe carinho de volta, não é mesmo?! E nós fomos revigorados em cada abraço, cada conversa, cada sorriso. Diante do cenário atual, a presença de cada um foi como bálsamo para cada um de nós. Ficamos realmente felizes com o resultado.

Isso sem falar nos momentos únicos vividos por nós proporcionados pelos nossos colegas aposenta-

dos e pensionistas. Houve os que cantaram, os que oraram em gratidão pela vida e saúde de todos os filiados, os que declamaram poemas lindos de viver... Nossa gratidão pelas participações mais que especiais. Gratidão esta que estendemos a todos os participantes. E já com essa premissa em nossas mentes, anunciamos que logo teremos outras rodadas de Encaps. E temos certeza de que será ainda melhor.

A Diretoria

Expediente

Geraldo José Pinheiro

Presidente

presidencia@sindifiscal-es.org.br

José Fermo

Vice-Presidente

josefermo10@gmail.com

Carlos Heugênio Duarte Camisão

Diretor Tesoureiro

diretoriafinanceira@sindifiscal-es.org.br

Jocelino Antônio Demuner

Diretor Administrativo

jdemuner@sindifiscal-es.org.br

Zenaide Maria Tomazelli Lança

Diretora Jurídica

juridico@sindifiscal-es.org.br

Rogério Zanon da Silveira

Diretor de Comunicação e Divulgação

jornal@sindifiscal-es.org.br

CONSELHO DELIBERATIVO

Anthony Fermينو Repetto Lavor

Marcelo da Silva Ramos

Herval José Borini Cezarino

Luiz Carlos Ferreira Pinto

César Romeu de Souza Lacerda

CONSELHO FISCAL

Bruno Aguiar Soares

Edvaldo Monteiro

Lenita Ana de Nadai

DELEGADOS SINDICAIS

Carlos Werner dos Santos

Região Metropolitana

Luiz Henrique Ribeiro da Silva

Região Nordeste

Lúcio Berili Mendes

Região Sul

João Tadeu Caon

Região Noroeste

Ação Fiscal: Maio/Junho

Ano XXXV - Edição 178

Jornalista responsável

Maxieni Muniz

Tiragem: 1200 exemplares

E-mail: jornal@sindifiscal-es.org.br



Endereço: Av. Nossa Senhora dos Navegantes, nº955 - Edifício Global Tower. Salas 714 e 715 Enseada do Suá. Vitória/ES - **CEP:** 29050335
Site: <http://www.sindifiscal-es.org.br>
CNPJ: 272394410001/05
Email: jornal@sindifiscal-es.org.br
Telefone: (27) 3325-3439

Confira todas as notícias em nosso site

Aponte a câmera do seu celular para o código!



QR Code Site Sindifiscal-ES

Trabalho de Auditores e Auditoras Fiscais do ES desmantelam organização criminosa que cometia fraude fiscal de vinhos



O trabalho de excelência, mais uma vez realizado pelos Auditores e Auditoras Fiscais do Estado do Espírito Santo, desmantelou uma fraude fiscal que vinha causando um prejuízo aos cofres públicos na ordem de R\$ 10 milhões, de acordo com as informações passadas pela Secretaria de Estado da Fazenda. A operação intitulada “Decanter” resultou em sete mandados de prisão temporária, além de 24 de busca e apreensão, cumpridos no dia 12 de julho.

Os mandados foram expedidos pelo Juízo da 6ª Vara Criminal de Vila Velha e são referentes à investigação feita pelo Ministério Público do Estado (MPES), por meio do Grupo de Atuação Especial de Combate à Sonegação Fiscal – Gaesf, em parceria com a Secretaria de Estado da Fazenda (Sefaz). O grupo era composto por empresários, contadores, “laranjas” e agentes públicos, com atuação

voltada à prática de fraudes fiscais no comércio de vinhos em todo o Espírito Santo.

Durante o cumprimento do mandado, foram apreendidos R\$ 135.650,00 e EU\$ 545 em espécie e R\$ 38.944,00, segundo o Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado, responsável pela investigação. Participaram da operação 6 Auditores Fiscais da Receita Estadual, 38 policiais militares da Assessoria Militar do Espírito Santo, 2 Promotores de Justiça do Gaesf e 4 Promotores de Justiça do Gaeco.

Saiba Mais

A fraude era cometida porque o comércio de vinhos é feito por meio de substituição tributária “à frente”, ou seja, o fornecedor da bebida precisa recolher de forma antecipada o ICMS de todas as etapas da cadeia de circulação dessa

bebida. Em aquisições interestaduais, caso o fornecedor não o faça, cabe ao comprador recolher o ICMS quando o produto entra em seu estoque.

Para não fazer esse recolhimento, os envolvidos supostamente emitiam notas fiscais simuladas de empresas situadas no estado de Goiás que, por sua vez não tem convênio de Substituição Tributária com o Espírito Santo. Ou seja, as notas eram emitidas apenas com o ICMS próprio, de apenas 1,1% do valor do produto, visto que as empresas envolvidas no esquema ainda gozavam de um benefício fiscal chamado “Compete”.

Assim, as mercadorias contidas nessas notas fiscais eram vendidas a empresas varejistas com notas fiscais de empresas atacadistas sem recolher o novo ICMS devido, que legitimaria a ação de compra e venda de vinhos.

4 ENTREVISTA

Dona Domitilla Sessa Ribeiro de Souza



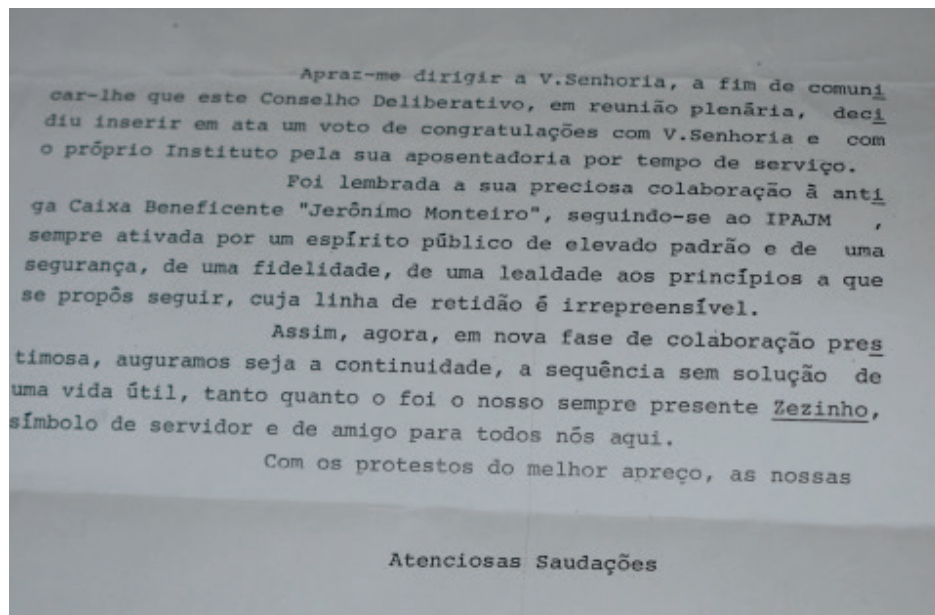
Nesta edição o Ação Fiscal conversa com a Pensionista, Domitilla Sessa Ribeiro de Souza. Dona Domitilla foi esposa do colega José Ribeiro de Souza Júnior por 27 anos. Em sua carreira profissional o destaque é sua atuação no Instituto de Previdência e Assistência Jerônimo Monteiro (IPAJM), aonde atuou por 42 anos, desde sua constituição enquanto “Caixa Beneficente”, até sua regulamentação por meio da Lei Nº 615/51 que deixou o instituto com as características parecidas com as atuais.

AF: Dona Domitilla a senhora poderia nos contar um pouco de sua família, de sua infância?

R.: Eu nasci na cidade de Santa Tereza, interior do estado. Sou descendente de imigrantes italianos, sendo que meu pai era napolitano, cidade aliás que fiz questão de conhecer. Então eu tive aquela infância saudável, recebi a melhor criação possível dos meus pais: Sr. Américo Carlos Sessa e Sra. Clotilde Tomazi Sessa. Lá na cidade eu estudei no colégio de freiras e depois fui enviada a Itabira (MG) para concluir os estudos. Quando terminei, regressei ao estado e comecei a trabalhar.

AF: A senhora começou a trabalhar direto no IPAJM?

R.: Quando eu entrei ainda era a Caixa beneficente “Jerony-



mo Monteiro” e fui muito bem tratada. Ali eu participei da transformação que deixou o instituto com a função que tem hoje e me orgulho de ser

Com a Lei Nº 615/1951 nós passamos a ser o IPAJM e a aumentar a oferta de serviços e, já em 1971 nós passamos a ser o gestor único da Seguridade Social dos Servidores Públicos do Estado do Espírito Santo. Eu fui muito feliz nesses 42 anos de trabalho.

parte dessa equipe. Tive desafios, os superei, fiz amigos para uma vida toda. Isso também é maravilhoso. Sem falar que o amor da minha vida eu também conheci lá. Então... só tenho boas e lindas recordações dessa época da minha

vida.

AF: Como assim D. Domitilla? Conte-nos essa história direitinho... Foi amor à primeira vista?

R.: Então, quando eu comecei a trabalhar lá no Instituto, o meu chefe era o José Ribeiro que veio a se tornar meu esposo e pai dos meus quatro filhos. Eu confesso que achava ele uma pessoa maravilhosa, um homem valoroso, de bem e do bem. Tanto que minha ideia inicial era que ele namorasse uma prima minha. Com o passar do tempo, ele sem-

pre elogiando minha competência, minha caligrafia, começamos a namorar. Ficamos noivos em 21 de abril de 1946 e nos casamos em 29 de agosto de 1947. Tivemos quatro filhos maravilhosos. Infelizmente ele fale-

Um marido maravilhoso, um pai idem. Tanto o é que mesmo tendo ficado viúva relativamente nova, nunca mais quis casar de novo. Meu esposo foi tão perfeito que se tornou insubstituível....



Lindíssima em seu casamento com o colega José Ribeiro



Em um momento especial com familiares

ceu em 1973.

AF: O casal teve quatro filhos e a senhora trabalhava fora de casa. Com a morte de Sr. José Ribeiro como a senhora fez? Não era muita coisa para administrar?

Eu confesso que não foi fácil. Nós tivemos quatro filhos abençoados: o José, o Danilo, a Rejane e o Flávio. Nós íamos trabalhando e criando nossos filhos. Eu tinha uma boa ajudante em casa e seguíamos relativamente tranquilos. Só que com 07 anos o meu filho Danilo começou a apresentar sintomas de uma doença que não sabíamos o que era. O menino começou a cair, ficar como se estivesse fraco.... E passamos a focar em descobrir que moléstia era aquela. Com o passar dos anos descobrimos que era Distrofia Muscu-

lar. Mesmo com o falecimento do meu esposo me mantive firme, trabalhando, fazendo o melhor possível tanto no IPAJM, como na minha família.

AF: Sobre esse diagnóstico nos falaram que a senhora tem história para contar? O que aconteceu?

R.: Bom, como eu disse o Danilo começou a apresentar sintomas aos 07 anos e, pasmem, aos 12 anos não sabíamos o que meu menino tinha.

Nessa época, em 1964, estive aqui a dona Maria Tereza Goulart primeira-dama do Brasil. Esposa do João Goulart.

Quando eu fiquei sabendo que ela viria, escrevi uma carta de várias páginas para ela pedindo ajuda. Falei com todo sentimen-

to que uma mãe pode ter. E ela me atendeu. Podemos dizer que ela “apadrinhou” o Danilo. Fomos levados ao Rio de Janeiro, ficamos no hospital do Exército e ele foi muito bem atendido. Até mimado no hospital pelos médicos e enfermeiras. Eu tenho gratidão pela ajuda dela porque graças ao diagnóstico e tratamento certo meu filho viveu até os 28 anos.

AF: A senhora está próxima de fazer 100 anos. Qual é a receita?

Vendo a senhora tão jovial e lembrando de todos os detalhes não tem quem não se impressione...

R.: Como eu disse, tive uma infância saudável. Sempre tive uma saúde ótima, Graças a Deus. Continuo procurando me alimentar bem. Tenho minha religião que me dá forças também nos momentos difíceis, como o de sepultar meu esposo, meu filho Danilo e minha filha Rejane.... Mas, se eu pudesse dar um con-

selho as pessoas seria sempre buscar fazer o bem. Ser sempre honesto ou honesta, ter seus princípios e os seguir. Não é só o diploma que faz o bom servidor...

A vida tem muito a oferecer e posso afirmar que o caminho do bem, traz o bem de volta em todos os aspectos de nossas vidas, sejam pessoais ou profissionais.



Realizada com seus filhos e a netinha.

6 DIRETORIA EM AÇÃO

Diretoria se reúne com Secretário da Fazenda para discutir pauta dos Auxiliares Fazendários e o teto remuneratório



A comissão de negociação reivindicou ao Secretário a retomada da negociação sobre a reestruturação da Carreira dos Auxiliares Fazendários. Também foi exposto a urgência de solução para o problema do teto remuneratório, já resolvido por 24 dos 27 estados.

A Comissão de Negociação do Sindifiscal esteve reunida com o Secretário de Estado da Fazenda, Marcelo Altoé, com vistas à retomada de negociações sobre os problemas que envolvem a carreira dos Auxiliares Fazendários e o teto remuneratório que aflige a carreira do Auditor Fiscal da Receita Estadual.

O presidente do Sindifiscal, Geraldo Pinheiro, expôs que as negociações estavam encaminhadas, mas que foram paralisadas em razão de problemas para cálculos atuariais no âmbito do IPAJM/SEGER. Marcelo Altoé expôs que envidará es-

forços no sentido de que essas conversas sejam retomadas e entrará em contato com o Marcelo Calmon para discutir o assunto. Altoé também comentou a respeito do teto remuneratório, frisando que conhece a situação e a realidade da carreira. Geraldo Pinheiro ressaltou ao Secretário que apenas São Paulo e Tocantins têm teto remuneratório nos patamares do Espírito Santo.

Dos 27 estados brasileiros, 21 estados têm teto remuneratório com base no Subsídio do Desembargador, e outros três com base no subsídio do governador, mas cujos valores são compatíveis com o subsídio de Desembargador: “uma realidade incompatível com a realidade econômica e com os recordes de receita seguidos ao longo de anos, fruto de trabalho intenso dos Auditores Fiscais da Receita Estadual”, frisou Geraldo.

Os colegas Bruno Nardoto e Thia-

go Venâncio, membros da comissão de negociação que participaram da reunião, também ressaltaram a urgência de retomada das negociações que envolvem a categoria dos Auxiliares Fazendários, bem como retomada das conversas a respeito do problema do teto remuneratório, que atinge vários colegas e quase todos os ocupantes de cargos comissionados.

Na semana passada, diretores do Sindifiscal também estiveram reunidos com representantes sindicais de outras categorias que têm cortes em suas remunerações decorrentes do teto estabelecido no Espírito Santo, na área da segurança pública, principalmente.

Os Diretores do Sindifiscal também têm conversado com representantes políticos do estado do Espírito Santo com vistas à construção de solução para os cortes salariais que afligem a carreira há muitos anos.

“Havíamos avançado, com definição inclusive de um índice de atualização da tabela de subsídios para os Auxiliares Fazendários. É urgente que retomemos essas conversas com o Secretário da Seger, Marcelo Calmon”, ressaltou Geraldo Pinheiro.

PLP 17/22: Entidades do Fisco Estadual defendem a fiscalização tributária em debate no Espírito Santo



A Fenafisco, representada pelo diretor Francelino Valença, somou forças ao lado do presidente do Sindifiscal-ES, Geraldo Pinheiro, durante audiência pública realizada no dia 01/7, na Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo (Ales).

O evento proposto pela deputada Janete de Sá (PSB-ES), presidente da Frente Parlamentar em Defesa do Fisco Estadual, a pedido da Diretoria do Sindifiscal-ES, reuniu parlamentares, e representantes da classe fiscal, para além de ampliar o debate acerca do Código de Defesa do Contribuinte, discutir os prejuízos do Projeto de Lei Complementar (PLP) 17/2022, ao Estado e à fiscalização Tributária.

Na oportunidade, Francelino Valença, pontuou

os malefícios do projeto ao país, uma vez que favorece a sonegação de tributos, e reiterou que o PLP 17/22 fragiliza as administrações tributárias, tendo como premissa básica, a faculdade de impedir o poder de tributar.

“Trata-se de um projeto que confronta tudo o que defendemos, que é um Estado de bem-estar social, um Estado em que as leis são observadas. O PLP 17/22 em sua essência prevê o fim do Estado, classificando a tributação

como algo ruim, nefasto, repulsivo, que deve ser retirado do ordenamento jurídico. Impedir a cobrança tributária ou a fiscalização interessa a quem? Seremos lenientes com a criminalidade?” questionou.

Na ocasião, representações do Fisco federal, estadual e municipal apontaram a complexidade da matéria, e os riscos para o erário público, sendo que diversos artigos do dispositivo limitam, e até mesmo obstruem as ações de fiscalização.

Faltando menos de uma hora para iniciar o debate, o autor do projeto, deputado Felipe Rigoni (União/ES), (que havia confirmado presença), declinou, justificando ausência por conta de extensa agenda de compromissos assumidos.

Ao comentar o relatório do PLP 17/2022, apresentado na sexta-feira (1/7), pelo deputado Pedro Paulo (PSD/RJ), o presidente do Sindifiscal-ES, Geraldo Pinheiro, afirmou que o evento foi fundamental. “Neste debate foram suscitadas todas as questões preocupantes. O substitutivo à matéria inicial corrige algumas falhas, mas traz uma série de inovações que demandam novas discussões, as quais pretendemos realizar”, afirmou.



8 DIRETORIA EM AÇÃO

Sindifiscal recebe prefeito de Ibatiba para debater o inter-relacionamento do Fisco com a arrecadação dos municípios



Na manhã do dia 21 de junho, recebemos em nossa sede administrativa o prefeito de Ibatiba, e vice-presidente da Associação dos Municípios do Espírito Santo (Amunes), Ilustríssimo Senhor Luciano Pingo.

Na oportunidade

foram feitas discussões acerca do inter-relacionamento das atividades dos Auditores e Auditoras Fiscais da Receita Estadual com a arrecadação tributária dos municípios, em razão da cota-parte do ICMS.

Outro ponto de

pauta foi a atual conjuntura política no Espírito Santo e os desafios a serem enfrentados pelos gestores em ambientes de perdas de arrecadação decorrentes do Projeto de Lei nº 15/2022. Também foram relatados ao prefeito os

projetos da Secretaria de Estado da Fazenda relativos à Educação Fiscal e a importância do município de Ibatiba nestes projetos.

O prefeito de Ibatiba se colocou à disposição do Sindifiscal para melhoria de relacionamento com os

prefeitos por meio da Amunes e, da mesma forma, o Sindifiscal se colocou à disposição daquela entidade no sentido de aperfeiçoamento para o ingresso de receita pública municipal.

Sindifiscal se reúne com representantes de diversas entidades da Segurança



No dia 07 de julho, estiveram reunidos na sede administrativa do Sindifiscal – Sindicato dos Auditores Fiscais da Receita Estadual, os represen-

tantes dos oficiais da Polícia Militar e Corpo de Bombeiros Militar (ASSOMES), a representação dos Delegados da Polícia Civil (SINDIPOL) e

Consultores do Tesouro (ACEES).

No encontro, as lideranças analisaram a conjuntura política e a situação financeira do Espírito San-

to, bem como outros problemas comuns às carreiras de Estado, destacando-se a importância de profissionalizar a gestão civil e militar. As entidades,

representativas do Fisco e da Segurança, definiram algumas diretrizes de ações, que realizarão, em busca de solução aos seus problemas comuns.

Trabalho dos Auditores Fiscais reduz concorrência desleal também entre Microempreendedores Individuais



Com informações da SEFAZ

Os Auditores Fiscais do Estado do ES continuam a fazer seu trabalho de forma proativa e eficaz. Na segunda semana de junho, o registro de 157 Microempreendedores Individuais (MEIs) que estavam atuando de forma irregular no Estado foram bloqueados. Do início do ano até o momento, 267 contribuintes foram proibidos de utilizar os benefícios de Microempreendedor Individual para realizar suas atividades.

Segundo o Auditor Fiscal da Receita Estadual, Edilson Paulo de Souza, a irregularidade mais frequente é a permanência do contribuinte como microempreendedor quando o mesmo excede o limite da receita bruta permitido por lei. Ainda segundo o Auditor por meio das malhas fiscais são encontradas um leque de inconsistências que descumprem a legislação regulatória (Lei Complementar Nº 123/2006).

De acordo com a LC 123/06 para que um cidadão possa ser MEI, ele deve ter uma receita bruta anual

de R\$ 81 mil, com exceção dos transportadores autônomos de carga, que podem ter receitas máximas anuais de R\$ 251,6 mil. Ao ultrapassar esses limites, o empreendedor deve deixar o regime de MEI e passar a ser uma microempresa ou empresa de pequeno porte.

Entre os benefícios para quem é MEI estão a isenção dos tributos federais (IRPJ, PIS/Pasep, Cofins, IPI e CSLL). Além disso, ao abrir o MEI, o microempresário se enquadra automaticamente no Simples Nacional, o que permite que os impostos sejam cobrados de uma forma única pelo governo.

Para Auditor Fiscal e subsecretário da Receita Estadual, Benício Costa, ocorre que muitas empresas utilizam os benefícios do MEI para sonegar ou reduzir drasticamente o imposto a ser pago, fato que prejudica a concorrência leal, causa desequilíbrio no mercado e prejudica aqueles que recolhem corretamente seu tributo.

Costa acrescenta que ao detectar tais irregularida-

des, a Sefaz realiza o bloqueio desses contribuintes com o objetivo de “promover uma concorrência de mercado saudável, por meio de combate às fraudes e enquadramento das empresas no regime tributário adequado. Tudo isso visando ao correto recolhimento de tributos para garantir os recursos necessários à aplicação em políticas públicas em prol de toda a sociedade”.

Na maior parte dos casos,

o MEI consegue regularizar sua situação com a Receita Estadual. De modo geral, o contribuinte deve realizar o seu desenquadramento do SIMEI, obter a inscrição estadual e efetuar a apuração e recolhimento de tributos devidos no período. Caso tenha dúvidas, o contribuinte poderá enviar uma mensagem para o Fale Conosco da Sefaz. Também é possível agendar um atendimento nas agências da Receita Estadual.

Inscrição Estadual e Nota Fiscal Eletrônica

Há pouco mais de dois meses a Sefaz passou a conceder a Inscrição Estadual facultativa para os Microempreendedores Individuais. Até o momento, mais de mil desses microempreendedores obtiveram sua Inscrição.

Após obter a Inscrição Estadual, o MEI poderá emitir nota fiscal eletrônica. Dessa forma, ele poderá documentar suas operações comerciais, participar de licitações para vendas a órgãos públicos, realizar vendas via e-commerce, entre

outros benefícios. Até o momento, os MEIs já emitiram um total de R\$ 1,2 milhão em notas fiscais eletrônicas no Espírito Santo.

“Possibilitar ao MEI a obtenção de Inscrição Estadual e a emissão de nota fiscal eletrônica é muito importante, pois significa um passo a mais em direção à formalização das suas atividades. Portanto, isso poderá representar um fator adicional rumo ao seu crescimento”, explicou o auditor fiscal e gerente Fiscal, Arthur Carlos Teixeira Nunes.

10 EM PAUTA

NOTA PÚBLICA | Entidades alertam para as consequências nocivas do Projeto de Lei Complementar nº 17/2022

O Fórum das Carreiras de Estado (Fonacate) divulgou Nota Pública para alertar sobre as consequências nocivas decorrentes de eventual aprovação do Projeto de Lei Complementar nº 17/2022, na forma como atualmente proposto. Confira a Nota na íntegra abaixo:

NOTA PÚBLICA

O Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado – FONACATE, que representa mais de 200 mil servidores públicos no desempenho de atribuições essenciais ao Estado brasileiro, ligados às áreas de segurança pública, fiscalização e regulação do mercado, advocacia pública, fiscalização agrária, ministério público, diplomacia, arrecadação e tributação, proteção ao trabalhador e à saúde pública, inteligência de Estado, formulação e implementação de políticas públicas, comércio exterior, prevenção e combate à corrupção, fiscalização agropecuária, segurança jurídica e desenvolvimento econômico-social, vem a público alertar sobre as consequências nocivas decorrentes de eventual aprovação do Projeto de Lei Complementar nº 17/2022, na forma como atualmente proposto.

Não obstante o texto substitutivo apresentado pelo relator avançar no aprimoramento da proposta original, e do reconhecimento à legitimidade dos objetivos centrais do projeto, de uniformização do contencioso administrativo tributário e de melhoria das relações fisco-contribuinte, o fato é que sua concepção, ao largo das considerações técnicas de representantes das fazendas públicas, constitui risco potencial às ferramentas de recuperação do crédito tributário, mormente aquelas relacionadas à responsabilização de terceiros, além de implicar revisão profunda de procedimentos e processos no âmbito das administrações tributárias, impingindo aos entes federados ônus financeiro extraordinário.

Nesse sentido, a proposta de lei representa, antes de tudo, profundo de-

sequilíbrio ao pacto federativo, uma vez que, concomitantemente, onera as administrações impondo-lhes a conformação à novel legislação, ao tempo em que dispõe sobre medidas que lhes afetarão a arrecadação tributária, o que por si se traveste de invasão às competências constitucionais, expondo-lhe aos controles de constitucionalidade que, por fim, poderão comprometer a segurança jurídica e a previsibilidade, essenciais ao ambiente negocial.

Em relação ao contencioso fiscal, os artigos 49 a 51 do Parecer substitutivo convalidam o fim do voto de qualidade no CARE, matéria em discussão no STF, estendendo ainda essa alteração para os órgãos de julgamento administrativo de estados e municípios. Essas alterações acarretarão enormes prejuízos à capacidade arrecadatória dos entes federativos, enfraquecendo-os e dificultando a recuperação de créditos tributários, tudo isso na contramão das Recomendações da OCDE, que propugnam tenham as administrações tributárias uma estrutura organizacional que seja efetiva no combate à sonegação e aos crimes tributários, bem como à recuperação de bens que tenham origem nesses ilícitos.

Em nenhuma nação desenvolvida ou em desenvolvimento confederações ou associações empresariais indicam julgadores para a Revisão Administrativa. Muito menos ter o controle, a possibilidade, de derrubar autuações fiscais (muitas vezes bilionárias) sem que sequer sejam julgadas pelo judiciário.

É nítido o conflito de interesses. Principalmente porque essa possibilidade significa transferir o ônus das políticas públicas para pequenas empresas e pessoas físicas.

Para se ter a exata dimensão dos efei-

tos nefastos dessa alteração, se a mesma já estivesse em vigor, em apenas um ano (2017) R\$42 bilhões em autuações fiscais de grandes grupos econômicos teriam sido derrubadas no CARE.

No que tange às atribuições legais dos agentes das fazendas públicas, o projeto invoca a equivocada premissa de que o desequilíbrio de forças entre contribuintes e fiscos justificaria tolher determinadas prerrogativas das atividades de fiscalização e cobrança, quando as mesmas, em verdade, se revestem de força legal justamente enquanto reflexo da necessária supremacia do interesse público.

É particularmente grave a ameaça de responsabilização pessoal da autoridade fiscal contida no art. 4º, inciso XVIII, prevendo a “reparação de danos em caso de exigência de tributo sobre o qual a autoridade fazendária sabia ou deveria saber indevido (...)”.

A definição vaga e imprecisa do inciso XVIII provoca insegurança jurídica, pois a autoridade fiscal precisa interpretar a legislação tributária para aplicá-la ao caso concreto, interpretação esta que pode não ser adotada pelas instâncias de julgamento, no caso de recurso administrativo ou ação judicial.

O parágrafo único do artigo 10 introduz a figura do “dano moral ao contribuinte”, constituindo outra séria ameaça às prerrogativas legais da autoridade fiscal.

O tratamento diferenciado a contribuintes que efetivamente representem baixo risco de passivo tributário, apesar de desejável e alinhado às boas práticas internacionais, não pode servir de base ao esvaziamento das competências legais de agentes públicos, ou à fragilização dos mecanismos de recuperação de créditos nas hipóteses de irregular supressão de impostos ao erário. De rigor, inclusive, tais prerrogativas e ferramentas são a garantia de que contribuintes regulares estarão salvaguardados da concorrência desleal oriunda de sonegação estruturada e fraudes fiscais.

Logo, se impõe necessária e profunda revisão do texto legal, a evitar que condutas permissivas fomentem níveis de sonegação fiscal, comprometendo o financiamento das políticas públicas e deturpando o ambiente concorrencial.

Artigo**Onda de calor extenuante provoca incêndios florestais na Europa**

Publicado originalmente na Agência Brasil

Mais de 20 incêndios florestais avançavam em Portugal e outros vários assolavam o oeste da Espanha, na quarta-feira (13), ameaçando vilas e interrompendo as viagens de férias de turistas em meio a uma onda de calor que, segundo meteorologistas, pode fazer as temperaturas subirem acima dos 40 graus Celsius (°C).

Na França, cerca de 800 bombeiros, apoiados por seis aeronaves,

enfrentavam dois incêndios na região sudoeste, que já provocaram a retirada de milhares de turistas, afirmou a prefeita de Gironde, Fabienne Buccio. “Um incêndio está adentrando uma área urbana com muita vegetação seca, que ao lado de parques pequenos, se torna um incêndio secundário”, disse Richard Marques, um trabalhador da área de defesa civil na região. No distrito central de Leiria, ao norte

de Lisboa, onde as temperaturas dispararam para 45 °C, as autoridades bloquearam uma importante rodovia. As chamas e a fumaça densa podiam ser vistas dos dois lados da estrada, enquanto helicópteros e aeronaves despejavam água. Moradores da região que não foram retirados jogavam água nos telhados de suas casas. Quase 800 bombeiros combatem dois incêndios ativos na área, enquanto no

resto do país 2.124 bombeiros, apoiados por 28 aeronaves, combatiam 24 incêndios florestais. Praticamente todo o território português estava em alerta vermelho por conta das condições extremas de temperatura, que chegaram a 45 °C nos distritos de Leiria e Santarém, segundo o instituto climático IPMA. A temperatura recorde no país foi de 47,3 °C em 2003.

restos do país 2.124 bombeiros, apoiados por 28 aeronaves, combatiam 24 incêndios florestais. Praticamente todo o território português estava em alerta vermelho por conta das condições extremas de temperatura, que chegaram a 45 °C nos distritos de Leiria e Santarém, segundo o instituto climático IPMA. A temperatura recorde no país foi de 47,3 °C em 2003.

Sobe e Desce**Sobe****Aumento do Auxílio Brasil**

O aumento do Auxílio Brasil para R\$ 600 reais ajudará muitas famílias no país. Uma pena que o reajuste tenha vindo só agora e que valha apenas até dezembro. Fica a pergunta: por que não antes?

Eleição terá número histórico de votantes

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) informou que 156,4 milhões de eleitores estão aptos a votar nas eleições de outubro, número recorde na história brasileira. O crescimento deve-se ao grande número de pessoas que não têm obrigação de votar, mas que regularizaram seus títulos.

Desce**ICMS menor pode parar obras em escolas e atrasar pagamento de professores**

Com a diminuição da alíquota do imposto sobre os combustíveis, telecomunicações e energia elétrica, os municípios e a educação estadual devem sofrer perdas das milionárias, com um prejuízo ainda maior para os municípios menores já em 2022, podendo piorar muito em 2023.

Pobreza avança no Espírito Santo e já alcança 1 em cada 4 capixabas

Número de pessoas abaixo da linha da pobreza ultrapassou a marca de 1 milhão, de acordo com informações da Pesquisa Nacional de Domicílios Contínua (PNAD) e do Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN).

12 POLÍTICA SINDICAL

A Bahia sediará o 19º Conafisco em 2022



A Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital – Fenafisco, em parceria com o Sindicato dos Servidores da Fazenda do Estado da Bahia – Sindsefaz, realiza entre os dias 6 e 9 de novembro, a 19ª edição Congresso Nacional do Fisco Estadual e Distrital – Conafisco.

Com o tema: Tributação, Justiça Social e Inovação – Por um país menos desigual, o tradicional evento será no Costa do Sauipe Resort, na cidade de Mata de São João-BA.

A programação contará com palestras, oficinas, bem como atividades de integração, como a Noite de Talentos e o Torneio Desportivo do Fisco.

Os interessados em participar deverão efetuar a pré-inscrição pelo hostsite do evento (em construção), de 1º/9 a 14/10. As vagas são limitadas e a confirmação se dará mediante a homologação de cada sindicato junto à Federação.

Este ano o Congresso englobará a

realização do VIII Encontro Nacional de Aposentados, Aposentados e Pensionistas do Fisco Estadual e Distrital – Enape.

Em 2022, o importante Conafisco irá eleger a nova Diretoria Executiva e Conselho Fiscal da Federação, discutir e deliberar diretrizes para o plano de ação política da entidade e do desenvolvimento sindical do Fisco estadual, além de fomentar o debate técnico acerca de pautas de interesse da classe fiscal e da sociedade brasileira.

HOSPEDAGEM

Para melhor comodidade dos participantes, o local de hospedagem oficial do Congresso será na Ala Terra do Costa do Sauipe Resort, reservada com exclusividade para o evento.

A agência oficial é a Pontual Viagens e Turismo Ltda, que estará à disposição dos sindicatos filiados para apresentar os pacotes de hospedagens, passagens aéreas com desconto e outros.

Pelos Sindicatos

SINDIFISCAL-TO | Sindicato adota providências finais para conclusão da correção das tabelas originárias da Lei nº 3174/16



A Assessoria Jurídica do sindicato esteve reunida com o Secretário da Fazenda, Júlio Edstron Secondino Santos, para debater acerca da conclusão da correção das tabelas dos servidores que estão em atividade e servidores inativos (aposentados).

Desde que o sindicato obteve na justiça uma decisão favorá-

vel em relação à manutenção das tabelas originárias da Lei nº 3174/16, o que trouxe incontáveis benefícios para todo o Fisco, permanece o impasse com relação a correção das tabelas de vencimentos que foram publicadas posteriormente com os reajustes concedidos pelo Estado.

Assim, o SINDIFISCAL-TO está con-

cluindo um trabalho que foi iniciado ainda em 2017 com relação à aplicação das tabelas da Lei nº 3174/16 e, conseqüentemente, a correção dos reajustes subsequentes referentes à data base e, portanto, a aplicação dos reajustes dos exercícios subsequentes com base na tabela originária da citada lei.

SINDIFISCO-SE | No 1º dia de greve, Auditores e Auditoras Fiscais protestam no pátio da Sefaz



No primeiro dia de paralisação de 48h das atividades da Secretaria Estadual da Fazenda (Sefaz/SE), auditoras e auditores fiscais tributários (AFTs) realizaram na manhã do dia 06 de julho, um ato para protestar contra o descompromisso do governo estadual e do secretário Marco

Queiroz quanto à promessa da unificação das duas carreiras de servidores existentes no Fisco Estadual, a partir do Projeto de Lei da Carreira Única.

O ato aconteceu em uma tenda, no pátio da Sefaz. Durante as intervenções dos grevistas e entrevistas à imprensa, o protes-

to foi animado por um trio-pé-de-serra. O presidente do Sindifisco, José Antônio dos Santos, avisa que a categoria está unida e disposta: “vamos continuar pressionando o governo estadual para viabilizar a Carreira Única, que visa reestruturar as duas carreiras existentes no Fisco Estadual, organizar a Sefaz para combater a sonegação e assim arrecadar recursos para diminuir a pobreza e melhorar os serviços públicos estaduais”, afirma o dirigente sindical.

Especial ENCAP

O Encontro de Aposentados e Pensionistas 2022 (Encap 2022) foi gratificantes por vários motivos. Muita saúde, afeto, risos e histórias permearam as conversas durante as reuniões. E isso não tem preço. Em cada olhar, um sorriso. Em cada sorriso, uma palavra motivadora e carinhosa. Agradecemos pela recepção calorosa em cada cidade. Foi sensacional poder encontrar a maioria gozando de boa saúde e contente com a realização dos encontros regionais. Preparamos cada Encap com muito cuidado para que todos se sentissem acolhidos. Afinal, foram dois anos longe um dos outros. As palavras que ouvimos foram de satisfação com o retorno dos encontros, e com o capricho na organização de cada evento. Deixamos aqui o nosso agradecimento pela participação de cada um. Esperamos a todos e todas em nossos próximos encontros regionais. Até breve!



Especial ENCAP



Especial ENCAP



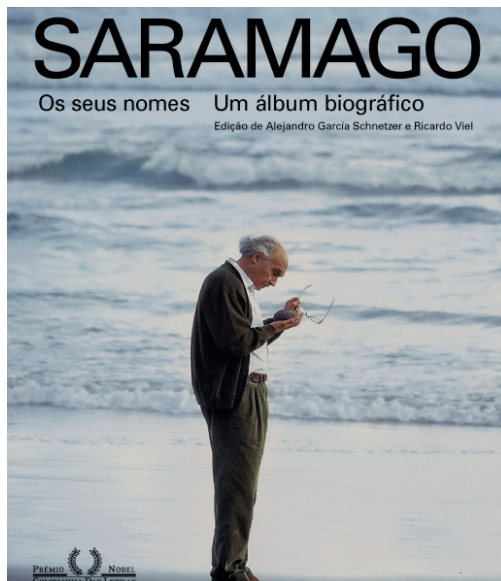
16 COMUNICAÇÃO

Dicas Culturais



Filme: Elvis (2022)

O filme que escolhemos percorre a trajetória do músico da juventude até a morte trágica após uma parada cardíaca aos 42 anos de idade, em 1977. Baz Luhrmann acerta logo na largada, ao escolher um viés original e instigante para contar esta história: o longa aborda, em especial, o relacionamento entre Elvis e seu empresário, Coronel Tom Parker, uma figura controversa interpretada por um Tom Hanks de visual completamente transformado. Nos Cinemas.



Livro: Saramago – Os seus nomes : um álbum biográfico

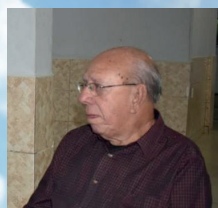
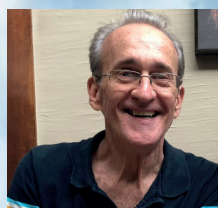
Saramago é, incontestavelmente, um dos grandes mestres da literatura. Único autor de língua portuguesa a receber o prêmio Nobel, ele deixou tesouros como Ensaio sobre a cegueira, O Evangelho segundo Jesus Cristo e O ano da morte de Ricardo Reis. Em 2022, celebra-se o centenário de nascimento desse homem em um álbum biográfico sem precedentes, dividido em quatro perspectivas – espaços/lugares, leituras/sentidos, escritas/criações e laços/pessoas –, traz a vida de José Saramago ao entrelaçar.



Show: Marisa Monte - Portas Tour

“Portas” é o mais recente álbum solo de Marisa Monte, gravado durante a pandemia, com bases feitas em estúdio no Rio de Janeiro. Posteriormente, houveram sessões remotas em Lisboa, Los Angeles, Madri, Barcelona e Nova York. O trabalho conta ainda com participações especiais de Seu Jorge e Flor. O show de Marisa Monte – Portas – Tour 2022- ES será na Quinta-feira – dia 25 de agosto de 2022, às 22h. Avenida Roza Helena Schorling Albuquerque, Aeroporto – Vitória (ES).

Deixam saudade

Gersi Moreira de Mattos
Aposentado
08/06/2022Joel Francisco Piassi
Aposentado
02/06/2022Evanilde da Silva Rocha
Pensionista
30/05/2022Henrique Coelho de Queiroz
Aposentado
18/06/2022Helina Muquy de Souza
Pensionista
25/05/2022Antônio de Souza Ferreira (Tatu)
Aposentado
13/05/2022

Metade

.... Que não seja preciso mais do que uma simples alegria
para me fazer aquietar o espírito
E que o teu silêncio me fale cada vez mais;
Porque metade de mim é abrigo
Mas a outra metade é cansaço...
Que a arte nos aponte uma resposta
Mesmo que ela não saiba
E que ninguém a tente complicar
Porque é preciso simplicidade para fazê-la florescer;
Porque metade de mim é plateia
E a outra metade é canção...
E que a minha loucura seja perdoada
Porque metade de mim é amor
E a outra metade... também.
Oswaldo Montenegro